

Reorganização da prática pedagógica do Caesp Professora Ivone no período de pandemia


Tania Mara Zancanaro Pieczkowski¹

● 0000-0002-5257-7747

Simone Spier Juwer²

 0000-0002-7219-7143

Gessi Ines Rachor Lubenow³

 0000-0002-1566-8703

Resumo

O presente relato de experiência aborda a reorganização pedagógica do Caesp Professora Ivone – Apae de Pinhalzinho, SC durante o período de pandemia da Covid-19. O uso das tecnologias modificou a forma tradicional de ensinar, fez com que os professores reinventassem e ressignificassem a sua prática pedagógica, com o objetivo de assegurar o direito dos alunos à aprendizagem nesse período de isolamento. O texto resulta de relatos dos envolvidos no processo, dados da instituição e amparo teórico, com o intuito de evidenciar a experiência de uma instituição do oeste de Santa Catarina. Os resultados mostram que os objetivos foram alcançados com êxito para que essa nova reorganização da prática acontecesse. Esse processo envolveu professores, gestores, famílias e pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência; Aprendizagem; Famílias; Pandemia; Tecnologia.

Reorganization of CAESP pedagogical practice Professora Ivone in the pandemic period

Abstract

The experience report presents the pedagogical reorganization in the Pandemic period of CAESP - Professora Ivone – APAE de Pinhalzinho – SC School. The use of technologies has changed the traditional way of teaching, making teachers reinvent and re-signify their pedagogical practices. The objective was to ensure the right to learn for students in this period of isolation caused by the Covid-19. The text is a result from reports of those involved in the process, data from the institution and theoretical support, in order to highlight the experience of an institution in the west of Santa Catarina State. The results show that the objectives were successfully achieved, so that this new reorganization of practice happened, involving teachers, managers, families and people with disabilities.

Keywords: People with disabilities; Learning; Families; Pandemic; Technology.

Considerações iniciais

No início do ano de 2020, o mundo foi surpreendido pelo surgimento de um vírus identificado como Coronavírus. A princípio, parecia ser algo distante, “fictício”, que não

¹ Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó, SC, taniazp@unochapeco.edu.br

² Apae de Pinhalzinho, SC, Pinhalzinho, SC, simonespier22@hotmail.com

³ Apae de Pinhalzinho, SC, Pinhalzinho, SC, gessilubenow@hotmail.com

chegaria ao Brasil, ou apenas uma “gripezinha”, como alguns afirmavam. Contudo, não demorou para que o contexto se confirmasse como uma pandemia e ela se espalhasse pelo mundo – causou pânico, ceifou vidas, prejudicou a economia e abalou psicologicamente grande parte da população.

Veiga-Neto (2020, p. 5) descreve uma pandemia “[...] como um fenômeno sanitário, sociocultural e ambiental extremamente complexo, mutável e situado num patamar epistemológico acima das raízes que lhe dão origem e o alimentam, ela é irreduzível a qualquer uma das muitas variáveis que dela participam”. No entanto, o autor opta pelo termo *sindemia* e afirma que o seu conceito, criado pelo antropólogo e médico estadunidense Merrill Singer na década de 1990, designa “[...] as combinações sinérgicas entre a saúde de uma população e os respectivos contextos sociais, econômicos e culturais, aí incluídos os recursos disponíveis (hospitais, ambulatórios, medicamentos, especialistas etc.)” (VEIGA-NETO, 2020, p. 4).

Em consequência da pandemia/sindemia, as aulas foram canceladas, e o que parecia ser breve estendeu-se por muito tempo, implicou um longo isolamento social. Diante desse contexto de medo e incerteza, foi necessário repensar novas práticas educativas, para que o processo de ensino e aprendizagem ocorresse e que o acesso dos alunos com deficiência à educação, no contexto pandêmico, também se efetivasse. Por isso, foi preciso reinventar e ressignificar a forma do trabalho desenvolvido nas instituições e buscar diferentes estratégias para garantir a continuidade do ensino e aprendizagem. Uma das formas encontradas foi a utilização dos recursos tecnológicos.

Cabe destacar que reorganizar a prática pedagógica nesse contexto foi um desafio, já que muitas das famílias atendidas apresentavam dificuldades quanto ao acesso e à utilização das tecnologias – e a principal via de acesso aos alunos foi por meio dos recursos tecnológicos. Convém salientar que alunos com deficiência necessitam de intervenção mais direta, com mediação constante. Além disso, é preciso utilizar materiais concretos e específicos para que o processo de aprendizagem ocorra.

Nesse cenário, a instituição e os professores foram desafiados, pois tiveram que primeiro aprender, para então ensinar as pessoas com deficiência e suas famílias por meio da tecnologia, e também, naquele momento, as decisões foram tomadas com urgência, sem

experiência prévia. Surgiram alguns questionamentos: Os estudantes com deficiência poderiam se beneficiar de aulas remotas? Como seria o acesso das famílias às tecnologias remotas? Os ambientes físicos familiares favoreceriam a aprendizagem? O que poderia ser feito para que o vínculo entre instituição e professores, pessoas com deficiência e famílias fosse preservado?

Nesse contexto, é propícia a citação de Pieczkowski (2019, p. 17), quando afirma que “a lógica cristalizada do professor que ensina, e o aluno que aprende, pode se romper a partir do encontro com o estudante com deficiência, e o docente pode assumir o papel de quem precisa aprender para poder ensinar e avaliar”. Assim também aconteceu com o uso de tecnologias por parte de profissionais atuantes no *locus* deste estudo. Mas esse movimento fez-se necessário no intuito de assegurar um direito essencial. Conforme prevê a Lei Brasileira de Inclusão – LBI – (BRASIL, 2015), a educação constitui um direito da pessoa com deficiência, assegurado no sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo da vida. A LBI afirma o direito do aluno com deficiência ao atendimento das suas necessidades de aprendizagem, em diferentes contextos.

O presente relato de experiência evidencia práticas pedagógicas desenvolvidas por meio da utilização dos recursos tecnológicos nas 29 turmas do Centro de Atendimento Educacional Especializado (Caesp) Professora Ivone - Apae de Pinhalzinho, SC, que atende atualmente 229 alunos. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Pinhalzinho, SC foi criada em 29 de setembro de 1983.

Diante do isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19, os educandos foram atendidos de forma remota a partir de abril de 2020. Para efetivar o trabalho pedagógico foi necessária a criação de um grupo de *WhatsApp* com os responsáveis legais dos educandos, a fim de se compartilharem informações e postagens das atividades pedagógicas por meio de vídeos e áudios.

Buscamos, com este relato de experiência, evidenciar como foi essa vivência, bem como os desafios e as expectativas encontradas. Objetivamos, também, mostrar que o processo educativo na Educação Especial é capaz de transformar-se, readaptar-se e proporcionar, assim, um ambiente favorável para a aprendizagem – dessa maneira, mesmo em tempos de incerteza e educação remota, os direitos dos educandos com deficiência foram assegurados.

Apresentação da instituição

O Caesp Professora Ivone – Apae de Pinhalzinho, SC desenvolve serviços de atenção à educação, à saúde e à assistência social, que visam à habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência intelectual e múltipla. Os atendimentos são gratuitos, continuados e realizados por uma equipe multiprofissional, de forma individual e/ou grupal, e contribuem para a ampliação das potencialidades laborais, físicas, cognitivas, emocionais, motoras e sociais. Ainda, visam à promoção da qualidade de vida da pessoa com deficiência, conforme prevê a legislação.

Os alunos atendidos pelo Caesp apresentam deficiência intelectual e/ou múltipla, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Atraso Global do Desenvolvimento desde o nascimento, e não há idade definida para o seu desligamento. Esses sujeitos são provenientes do município de Pinhalzinho e mais cinco municípios vizinhos – Nova Erechim, Saudades, Águas Frias, União do Oeste e Nova Itaberaba –, localizados no oeste de Santa Catarina. Esses educandos estão distribuídos em 29 turmas, que seguem as normas e critérios de enturmação encaminhados pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), como número de alunos por turma, faixa etária e tipo de deficiência.

De acordo com as diretrizes dos Caesp, os grupos

são organizados por Programas Educacionais que atendem três tipos de educandos: as crianças que frequentam no contraturno do ensino regular, os Programas de Estimulação Precoce e Atendimento Educacional Especializado; jovens que frequentam o Programa de Educação Profissional; e educandos atendidos diariamente por meio dos Programas Serviço Pedagógico Específico, Educação Profissional, Atividades Laborais, Serviço de Atendimento Específico e Serviço de Convivência (SANTA CATARINA, 2020, p. 4).

Nas referidas turmas são organizadas atividades com foco no processo de ensino e aprendizagem, que visam ao desenvolvimento integral dos sujeitos. São realizadas atividades pedagógicas, cognitivas de raciocínio lógico, de compreensão de conceitos matemáticos, de orientação espaço-temporal, de socialização e que envolvem aspectos afetivos e emocionais.

Também são criadas estratégias para o desenvolvimento de habilidades funcionais e conhecimentos, importantes para a vida dos educandos com deficiência. O objetivo do trabalho é que o público atendido possa interagir e contribuir na família e na sociedade, com vistas à inserção social.

Conforme prevê a Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015, Art. 28), que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência,

incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento Educacional Especializados, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; [...]

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

[...]

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento Educacional Especializados;

[...]

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

[...]

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar [...].

Diante do exposto, o objetivo geral da área da educação da instituição *locus* da experiência relatada segue três conceitos essenciais: 1 – Estimulação cognitiva: preservar,

desenvolver e qualificar o desempenho das funções cognitivas dos educandos/usuários, como: memória, atenção, raciocínio, linguagem, planejamento e capacidade de resolução de problemas; 2 – Desenvolvimento e aprendizagem: criar situações de ensino e aprendizagem que considerem a autonomia dos educandos para aprender, desenvolver atributos e atitudes necessárias na perspectiva de gerir sua própria vida; 3 – Habilidades funcionais: analisar o nível de cada educando/usuário através da organização, do planejamento e da prática de atividades significativas que possibilitem e mantenham o desenvolvimento, estimulem o exercício da cidadania, bem como a qualidade de vida.

As diretrizes estaduais para os Caesp apontam que a organização e o funcionamento dos programas educacionais devem ter como referência a perspectiva teórica histórico-cultural de sujeito (SANTA CATARINA, 2020). Além disso, remetem à Proposta Curricular de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1998a), na sua versão de 1998, que trata da Formação Docente para Educação Infantil e Séries Iniciais e refere a importância das interações sociais na formação das funções psicológicas superiores. Nessa perspectiva, as deficiências “[...] não são consideradas uma determinação biológica. São resultado de um processo histórico e social. As interações sociais vividas por cada criança são, dessa forma, determinantes no desenvolvimento dessas funções” (SANTA CATARINA, 1998a, p. 14).

Essa perspectiva teórica está presente, mais detalhadamente, no volume da Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil; Ensino Fundamental e Médio – Temas Multidisciplinares (SANTA CATARINA, 1998b), que apresenta um tópico específico para a Educação Especial, com amparo em Vygotsky e na teoria histórico-cultural.

Nesse sentido, cabe destacar a importância da família e da escola para que o processo de aprendizagem ocorra – ambas são de suma importância para os alunos com deficiência, os quais precisam de maior mediação pedagógica, “[...] entendida como a possibilidade de intermediar, de se constituir em um elo entre o conhecimento e o estudante. A mediação é especialmente relevante na educação especial, na qual a singularidade dos sujeitos pode demandar um olhar mais solidário e interativo” (PIECZKOWSKI, 2019, p. 3).

Reorganização da prática pedagógica determinada pela pandemia da Covid-19

A partir de abril de 2020 – em razão do isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19 e seguindo as orientações da FCEE –, a direção, a coordenação pedagógica e os professores do Caesp Professora Ivone - Apae de Pinhalzinho, SC deram continuidade aos trabalhos de forma remota. Assim, tornaram-se necessárias readequações quanto ao encaminhamento das atividades pedagógicas, que até então eram organizadas de forma presencial.

Salientamos que essa reorganização vem ao encontro do que determina a Constituição de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Art. 205).

Ademais, além de pensar na garantia do acesso à educação e na aprendizagem dos educandos que estavam em isolamento, a busca também foi por manter o vínculo entre a instituição, os familiares e os alunos. Nesse sentido, salientamos o que Silva, Bins e Rosek (2020, p. 132) apontam:

Precisamos nos reinventar para proporcionar o acesso e continuar mantendo os vínculos entre professores e alunos, nem que seja por alguns breves instantes pela forma virtual, respeitando a suportabilidade dos alunos, bem como, em alguns momentos, auxiliando as famílias em suas demandas, sendo realmente pontes de sustentação emocional para alunos e famílias.

Da nova possibilidade de trabalho, frente a esse desafio, surgiram muitas dúvidas e incertezas em relação à utilização das diferentes tecnologias, tanto por parte da equipe pedagógica quanto dos familiares.

Concordamos com Pieczkowski (2019, p. 15), quando afirma que na Educação Especial, e agora, na especificidade da pandemia,

[...] os professores são desafiados a aprender com a diferença, apropriar-se de conhecimentos relativos às tecnologias assistivas e recursos

didático-pedagógicos específicos à aprendizagem das diferentes deficiências, criar novas possibilidades de organização de espaços e tempos, repensar o que é ser professor, desenvolver nova percepção da escola, das formas de aprender, de ensinar e de ser docente.

Diante do exposto, Bezerra, Veloso e Ribeiro (2021, p. 4) destacam que “a questão das tecnologias, que não é recente, incide de forma direta no mundo do trabalho e não é diferente no universo educacional. [...] a introdução, disseminação e apropriação de novas tecnologias suscitam novos comportamentos e novas ações humanas”. Os autores mencionam o quanto as tecnologias digitais são importantes frente a esse contexto de pandemia, bem como na educação como um todo. Destacam ainda que o uso das tecnologias pode melhorar o processo de aprendizagem dos alunos, portanto, a formação dos docentes é indispensável.

Apesar de todos esses desafios impostos, foi de suma importância a interação com as famílias – assim como a superação de todos os envolvidos – para que o processo de aprendizagem ocorresse, mesmo que de forma remota.

Frente a isso, a equipe pedagógica, levando em consideração os recursos disponíveis no ambiente domiciliar, realizou adaptações para que o processo de ensino e aprendizagem se efetivasse. A pandemia explicitou ainda mais a desigualdade social vivida pelas famílias, principalmente em relação ao acesso às tecnologias.

Relato da experiência

Os primeiros trabalhos tiveram início de forma remota no mês de abril de 2020, por meio de contato telefônico com as famílias para fazer um levantamento quanto ao acesso à internet. Nas turmas da instituição, apenas 20 pais ou responsáveis não tinham acesso à rede de computadores e ao aplicativo *WhatsApp*. Com essa informação, foi criado um grupo específico de cada turma para facilitar o contato durante o período de afastamento das atividades presenciais. Inicialmente, a expectativa era de que esse período seria breve, contudo, a situação da pandemia agravou-se e trouxe a necessidade de adaptação a essa nova realidade.

A partir desse levantamento inicial, a equipe diretiva e a orientação pedagógica definiram como seria o trabalho do setor pedagógico do Caesp, de acordo com as orientações da FCEE. O trabalho foi organizado com videoaulas diárias – incluindo os profissionais das áreas de Educação Física, Artes, Informática Educativa e Educação Musical –, além de atividades pedagógicas adaptadas para os alunos que não tinham acesso à tecnologia.

Tanto as videoaulas como as atividades entregues em cópia física eram planejadas de acordo com as necessidades, as potencialidades e a realidade das turmas e dos alunos, com a preocupação de como o processo de aprendizagem poderia ocorrer. Dessa forma, o grupo de *WhatsApp* foi de fundamental importância para compartilhar orientações e informações, como também para o encaminhamento dos vídeos das atividades. As videoaulas auxiliaram as famílias na realização das tarefas, e o registro com as devolutivas foi realizado por vídeo, áudios e fotos, que posteriormente foram encaminhados via grupo de *WhatsApp*.

Para as famílias que não tinham acesso às tecnologias, as orientações aconteceram por meio de ligações telefônicas e manuais orientativos de como desenvolver as atividades propostas.

Como forma de incentivo para a realização das atividades, foram enviados áudios e vídeos das professoras, nos quais elas incentivavam e elogiavam os educandos e as famílias e agradeciam a eles por terem realizado as atividades e encaminhado as devolutivas. Para os demais – aqueles que recebiam as cópias físicas – o retorno era na entrega das atividades na instituição e por meio de ligações que estimulavam a continuidade das atividades.

Dessa forma, ocorreu uma troca dialógica com os familiares e os alunos. Além do processo de aprendizagem ter sido estimulado, foi intensificado o vínculo dos professores e dos demais profissionais atuantes no Caesp com as famílias, que se mostraram amparadas com o contato da instituição.

Para o registro dessa experiência em forma de artigo, aconteceram Rodas de Conversa, nas quais os professores atuantes na instituição foram informados da intencionalidade e do objetivo da escrita, e convidados a relatarem suas vivências. Dentre os relatos recolhidos, evidenciamos, neste texto, os provenientes das docentes que identificamos como Professora A, Professora B, Professora C e Professora D, por considerá-los relevantes e representativos das

manifestações recorrentes no Caesp. Todos eles foram colhidos nas Rodas de Conversa. Em relação aos relatos familiares, foram escolhidos de forma aleatória, a partir de diálogos informais, e registradas as manifestações de três mães, identificadas como Mãe A, Mãe B e Mãe C, também seguindo o critério da relevância e recorrência. Assim, para identificar as participantes e preservar suas identidades, a opção foi pela adoção da categoria professora ou mãe, seguida das letras sequenciais do alfabeto.

A Professora A, atuante na turma do Atendimento Educacional Especializado (AEE) relatou que “[...] os alunos esperavam atenciosos pela devoluta, era uma forma deles se sentirem motivados a continuarem a realizar as atividades propostas”.

Para melhor organização das videoaulas e das atividades, também foram realizadas reuniões por turmas com os professores de forma *on-line*, por meio do *Google Meet*. As reuniões foram indispensáveis para sanar dúvidas com a orientação pedagógica, reorganizar o trabalho, destacar as limitações encontradas nessa nova forma de ensinar e, além disso, eram um momento de trocas, interação e amparo mútuo. Cabe dizer que, mesmo de forma remota, todos os professores, com a orientadora da equipe, fizeram seus planos de atendimento educacional individualizado, adaptados a esse novo contexto da pandemia, com estratégias para orientar as famílias na realização das atividades desenvolvidas no contexto familiar. Desse modo, os planejamentos realizados pelos professores eram enviados às orientadoras pedagógicas, e, se houvesse alterações ou sugestões, eram novamente reorganizados.

Após algum tempo do uso do recurso videoaula, em avaliação com a equipe pedagógica e os pais ou responsáveis, foi definida a redução dessa estratégia. Optou-se pela intensificação de atividades impressas e jogos pedagógicos confeccionados pelos professores.

Em relação às atividades realizadas, segue depoimento da Professora B, da turma do Programa de Educação Profissional⁴ (Proep):

A pandemia trouxe consigo inúmeros desafios. Fomos desafiados a encontrar

⁴ O Proep está direcionado ao atendimento de jovens e adultos que apresentam diagnóstico de deficiência intelectual com ou sem outras deficiências associadas e/ou TEA. Esse Programa perspectiva o ingresso no processo de qualificação profissional bem como o encaminhamento e acompanhamento de pessoas com deficiência (intelectual, auditiva, visual, física, múltipla e/ou TEA) para o mercado de trabalho.

novas formas de ensinar. Através de muita pesquisa e planejamento nos adequamos a esta nova forma de trabalho. Com a utilização dos recursos tecnológicos foi possível o contato com o educando e sua família. Para quem não tinha acesso às tecnologias organizou-se atividades impressas e a confecção de jogos, que foram entregues às mesmas. Ressaltamos que a participação da família teve papel fundamental no êxito da realização e devolutiva das atividades propostas.

Além dos relatos dos profissionais, é possível perceber, por meio dos relatos dos familiares, a importância das atividades enviadas durante esse período pandêmico, as quais representaram o apoio institucional às famílias em tempos de insegurança, medos e desproteção.

Na sequência, destacamos o relato da mãe de um aluno com TEA que frequenta a turma de Estimulação Precoce:⁵

Meu filho adora fazer as atividades da Apae, como jogos e demais atividades pedagógicas. Durante o jogo da Pescaria ele pescava as letras, e estava aprendendo a mesmas, sendo que no início ele identificava as letras e juntava para formar seu nome. Meu filho não ficou parado no tempo, teve bastante desenvolvimento, ele conseguiu realizar as atividades, foi bem produtivo. Ele adorava fazer as atividades da Apae. As atividades enviadas pela Apae ajudaram bastante na interação de nós, pais, com ele (Mãe A).

Também, a mãe de uma aluna que frequenta a turma Serviço de Atendimento Específico (SAE)⁶ declarou que

quando iniciaram as aulas on-line foi difícil. Conforme o tempo foi passando conseguimos nos organizar. Hoje estamos acostumados. Também contamos com a ajuda da filha que mora em Chapecó. As atividades também foi um meio de nos manter ocupadas durante o isolamento social. Ela sempre mostra seu caderno para todos os familiares com satisfação. Minha filha é motivada para fazer as atividades (Mãe B).

⁵ A estimulação precoce, segundo as Diretrizes dos Centros de Atendimento Educacional Especializados em Educação Especial (SANTA CATARINA, 2020), consiste em um conjunto de ações coordenadas por uma equipe multiprofissional, que envolve uma abordagem interdisciplinar, desenvolve ações nucleares e extensivas nos diferentes níveis de prevenção e reabilitação e articula aspectos educacionais e terapêuticos.

⁶ O SAE deve possibilitar que os educandos/usuários desenvolvam habilidades funcionais e cognitivas, visando aos conhecimentos e comportamentos essenciais aos educandos, a fim de promover sua maior independência e autonomia, e assim auxiliá-los a terem melhor convivência na família, na instituição e na comunidade.

Podemos notar que as atividades realizadas de forma remota foram primordiais nesse período de pandemia, contudo, os alunos, os familiares e os professores encontraram dificuldades durante esse tempo, conforme relatos de professores e familiares.

A mãe de um aluno que frequenta a turma de SAE/TEA⁷ afirma:

Apesar de realizar todas as atividades propostas, enfrentamos inúmeros desafios, como o tempo, pois tínhamos serviços domésticos e rurais, bem como dificuldades para ajudar a confeccionar os materiais para realizar as atividades com meu filho. Ele nem sempre estava disposto para realizar a atividade e prestar atenção nas videoaulas, no uso do dispositivo eletrônico (celular). Também, ainda estou aprendendo a tirar fotos e gravar vídeos, para enviar às professoras. Mas apesar de todos esses desafios, foi muito importante as atividades e contato realizado pelas professoras, sendo que ficávamos ansiosos esperando as videoaulas e a interação com as professoras nas videochamadas (Mãe C).

Enfim, durante esse período de pandemia “[...] tivemos que nos desafiar, principalmente em relação ao uso dos recursos tecnológicos, até como gravar uma aula na qual a família conseguisse orientar seu filho para desenvolver a atividade”, declara a Professora C, atuante no SAE/TEA.

Ainda, outra docente, atuante no Serviço de Estimulação Precoce, corrobora essa ideia, e afirma:

Neste período de pandemia, precisamos reinventar nossa forma de dar aula e lidar com outras dificuldades, como a tecnologia e, em alguns casos, o convívio familiar durante o expediente. A reinvenção foi mais necessária ainda, onde o processo de ensino-aprendizagem foi adaptado para motivar e garantir o desenvolvimento dos educandos, mesmo que a distância (Professora D).

Esses relatos evidenciam o quanto professores, familiares e alunos tiveram que se recriar nesse novo contexto, pois tinham um objetivo em comum: amparar-se em um momento crítico e avançar no processo de aprendizagem, sem perder habilidades já adquiridas. Para isso, o

⁷ SAE/TEA - Serviço de Atendimento Específico para alunos com Transtorno do Espectro Autista, com atividades que visam ao desenvolvimento da independência, da comunicação social, da socialização e das habilidades cognitivas dos educandos.

envolvimento dos familiares foi crucial para atingir os objetivos propostos.

Com o passar do tempo, as práticas pedagógicas foram direcionadas aos alunos que tinham acesso ao celular – através de chamadas de vídeos de forma individual e com a turma –, com orientações sobre as atividades e também a fim de estimular a interação grupal. Esses momentos foram de suma importância para um melhor desenvolvimento da aprendizagem e também para a continuidade do vínculo entre alunos e professores. Outro fator de relevância foi que a maioria dos familiares estava nos grupos de *WhatsApp* das turmas.

Os alunos que frequentam as turmas de AEE, Estimulação Precoce e Programa de Educação Profissional estão inseridos também em turmas da escola comum. Com essas escolas foram adotadas orientações pela plataforma *Google Meet*, com o objetivo de trocar informações sobre os alunos bem como definir as adaptações necessárias diante das atividades desenvolvidas de forma remota.

No decorrer do ano de 2021, por orientação da FCEE, aconteceu o retorno às atividades presenciais de forma gradual, seguindo um Plano de Contingência. Porém, durante o ano de 2021, alguns alunos, por constituírem o grupo de risco ou por opção da família, continuaram com atividades de forma remota.

Verificamos que essa nova forma de ensinar está presente atualmente na instituição *locus* da experiência relatada e que o uso das tecnologias auxilia no desempenho do trabalho, nos estudos e nas orientações. Portanto, são ferramentas que permanecerão na prática cotidiana.

Considerações finais

Se nas décadas passadas o isolamento de pessoas com deficiência nas próprias casas era visto como algo natural, isso já não acontece em tempos de educação inclusiva. Contudo, a pandemia da Covid-19 trouxe muitas ameaças à população em geral e, especialmente, às pessoas com deficiência e suas famílias. Isso porque muitas fazem parte do grupo de risco, ou seja, são ainda mais susceptíveis aos perigos causados pela pandemia. Outra ameaça é estarem novamente isoladas nas residências.

Apesar das graves consequências da pandemia, que só no território brasileiro causou, até o momento de escrita deste relato, no mês de fevereiro de 2023, aproximadamente 700.000 mortes reconhecidas – e, embora em menor número, as mortes ainda continuam acontecendo, porque a pandemia ainda não acabou –, o contexto também resultou em oportunidades de aprendizagens, pois desafiou a sociedade a aderir a novas formas de vida, com muita urgência. A desigualdade social, por sua vez, ficou ainda mais explícita: mostrou-se no acesso à saúde, à alimentação, à sobrevivência, à educação ou à tecnologia educacional.

No tumulto da pandemia, ainda sem entender seu contexto, surgiram muitas indagações: Os estudantes com deficiência serão beneficiados pelas aulas remotas? Os professores estão aptos a adotar tais tecnologias? As famílias dos educandos têm acesso a tecnologias que permitem a interação com instituição e escola? Porém, surpreendentemente, a maioria das famílias aderiu rapidamente ao chamado. Algumas aprenderam a fazer uso dos recursos tecnológicos junto com os professores e até mesmo com os seus filhos com deficiência. Também é fato que algumas famílias não tiveram tal oportunidade, o que demonstra o quanto a exclusão está presente na sociedade.

Como será a partir de 2023? Infelizmente, a pandemia continua presente. A adesão da população à vacinação é considerada um alento, uma vez que as estatísticas evidenciam a redução de mortes e internamentos hospitalares a quem está imunizado via vacina, disponibilizada inicialmente para idosos, pessoas dos grupos de risco (dentre elas as pessoas com deficiência) e, posteriormente, para a população em geral, inclusive crianças e bebês. Novas variantes do vírus manifestaram-se, e produziram-se novas vacinas, o que evidencia a importância da ciência. Enfim, a expectativa é de que as ameaças da pandemia da Covid-19 logo façam parte do passado, os abraços voltem novamente a fazer parte do dia a dia – comprovando todo o afeto que sempre caracterizou as relações – e as aprendizagens geradas pela pandemia possam nos fortalecer.

Referências

BEZERRA, N. P. X.; VELOSO, A. P.; RIBEIRO, E. Ressignificando a prática docente: experiências em

tempos de pandemia. *Revista do Pemo*, Fortaleza, v. 3, n. 2, e323917, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo> Acesso em: 26 dez. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 18 de jan. 2022.

PIECZKOWSKI, T. M. Z. Mediação pedagógica na relação com universitários com deficiência. *Educação*, Santa Maria, v. 44, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao> Acesso em: 21 jan. 2022.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). *Diretrizes dos centros de atendimento educacional especializados em educação especial*. São José: FCEE, 2020. E-book.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. *Proposta curricular de Santa Catarina* (Formação docente para Educação Infantil e séries iniciais). Florianópolis: Cogen, 1998a.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. *Proposta Curricular de Santa Catarina* (Temas multidisciplinares). Florianópolis: Cogen, 1998b.

SILVA, K. F. W. da; BINS, K. L. G.; ROZEK, M. A educação especial e a Covid-19: aprendizagens em tempos de isolamento social. *Interfaces Científicas*, Aracaju, v. 10, n. 1, p. 124-136, 2020. Número temático.

VEIGA-NETO, A. Mais uma lição: sindemia covídica e educação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109337, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236109337>

Recebido em março de 2022.
Aprovado em janeiro de 2023.